

Demonstrações Financeiras

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

31 de dezembro de 2024

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Fortaleza-CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP015199/O-6

Nathália Araújo Domingues

Nathália Domingues
Contador CRC – CE020833/O

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	749.416	262.577
Aplicações financeiras	5	77.746	58.311
Contas a receber de clientes	6	917.614	864.752
Estoques	7	224.306	280.272
Despesas antecipadas		86.604	63.070
Impostos a recuperar	8	39.690	39.492
Partes relacionadas	9	5.357	18.897
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	40.421	63.354
Outras contas a receber		3.206	4.834
Total dos ativos circulantes		<u>2.144.360</u>	<u>1.655.559</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	21	363.008	327.422
Impostos a recuperar	8	793	6.074
Aplicações financeiras	5	39.889	376
Partes relacionadas	9	409.948	259.571
Outras contas a receber		39.192	48.148
		<u>852.830</u>	<u>641.591</u>
Investimentos	10	2.771.991	2.911.158
Imobilizado	11	23.424	31.945
Direito de uso	12	63.027	36.437
Intangível	13	243.390	257.137
		<u>3.101.832</u>	<u>3.236.677</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>3.954.662</u>	<u>3.878.268</u>
Total dos ativos		<u>6.099.022</u>	<u>5.533.827</u>

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivos e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		192.688	183.768
Obrigações sociais e trabalhistas	16	99.551	77.801
Impostos e contribuições a recolher		11.140	10.038
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	3
Adiantamento de clientes		21.061	16.932
Passivo de arrendamento	12	37.527	23.255
Empréstimos e financiamentos	14	505.482	121.187
Instrumentos financeiros derivativos passivos		-	8.007
Contas a pagar de aquisição societária	15	545.870	866.923
Partes relacionadas	9	5.003	2.555
Outras contas a pagar		39.347	5.032
Total dos passivos circulantes		<u>1.457.669</u>	<u>1.315.501</u>
Não circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas	16	8.342	3.072
Passivo de arrendamento	12	34.011	19.167
Empréstimos e financiamentos	14	2.139.581	1.741.733
Provisão para contingências	24	5.535	2.646
Contas a pagar de aquisição societária	15	329	4.128
Outras contas a pagar		5.785	11
Total dos passivos não circulantes		<u>2.193.583</u>	<u>1.770.757</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17	2.478.301	2.478.301
Reservas de capital		80.343	100.245
Prejuízos acumulados		(156.193)	(143.454)
Reserva de remuneração baseado em ações		45.319	12.477
Total do patrimônio líquido		<u>2.447.770</u>	<u>2.447.569</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>6.099.022</u>	<u>5.533.827</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	18	1.813.970	1.564.289
Custo das vendas	19	<u>(552.558)</u>	<u>(498.502)</u>
Lucro bruto		1.261.412	1.065.787
Despesas operacionais			
Despesas de vendas	19	(559.201)	(527.038)
Despesas gerais e administrativas	19	(373.523)	(281.761)
Equivalência patrimonial	10	(75.765)	27.404
Outras receitas (despesas), líquidas	19	7.053	11.456
Lucro operacional		259.976	295.848
Receitas financeiras	20	131.389	92.298
Despesas financeiras	20	<u>(434.501)</u>	<u>(454.686)</u>
Resultado financeiro		<u>(303.112)</u>	<u>(362.388)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(43.136)	(66.540)
Imposto de renda e contribuição social	21		
Corrente		(5.189)	-
Diferido		<u>35.586</u>	<u>24.496</u>
		<u>30.397</u>	<u>24.496</u>
Prejuízo líquido do exercício		(12.739)	(42.044)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(12.739)	(42.044)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(12.739)</u>	<u>(42.044)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de remuneração baseado em ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.478.301	75.898	22.062	(101.410)	2.474.851
Prejuízo do exercício	-	-	-	(42.044)	(42.044)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	42.102	-	42.102
Ações entregues	-	24.719	(48.761)	-	(24.042)
Efeito reflexo de investidas	-	(372)	(2.926)	-	(3.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.478.301	100.245	12.477	(143.454)	2.447.569
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.739)	(12.739)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	43.780	-	43.780
Ações entregues	-	(20.225)	(13.416)	-	(33.641)
Efeito reflexo de investidas	-	323	2.478	-	2.801
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.478.301	80.343	45.319	(156.193)	2.447.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(43.136)	(66.540)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos:		
Depreciação e amortização	201.195	270.486
Provisão para perda nos estoques	18.892	43.376
Provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	39.251	9.896
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixados	560	1.034
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(1.133)	(186)
Mudança de valor justo em aquisição de investimentos	34.979	57.140
Juros na aquisição de investimentos	82.151	145.327
Rendimento de aplicação financeira não equivalente de caixa	(40.068)	-
Equivalência patrimonial	75.765	(27.404)
Provisão para contingências	5.156	(274)
Plano de remuneração de acionistas	43.780	42.102
Juros sobre empréstimos e financiamentos	289.366	218.603
Juros sobre arrendamento	5.388	6.400
Juros provisionados	(31.587)	(21.751)
Obrigações previdenciárias SOP	15.598	-
Ganho de participação acionária	-	(4.312)
Ajuste a valor justo de investimentos	(152)	(484)
Perda na venda de investimentos	-	7.508
Variação cambial	2.013	(1.860)
	698.018	679.061
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(92.194)	(187.569)
Estoques	37.288	(32.819)
Impostos a recuperar	468	15.862
Outras contas a receber	13.085	21.765
Fornecedores	8.360	17.953
Obrigações sociais e trabalhistas	4.989	18.567
Impostos e contribuições a recolher	1.043	3.294
Adiantamento de clientes	4.129	5.177
Despesas antecipadas	(23.534)	(14.928)
Outras contas a pagar	34.754	1.901
Caixa gerado pelas operações	686.406	528.264
Juros pagos de arrendamento	(6.506)	(6.459)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(281.678)	(186.025)
Juros pagos por aquisição societária	(130.606)	(167.749)
Pagamento de contraprestação contingente	(45.719)	(42.326)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	221.897	125.705
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(14.087)	(4.779)
Aquisição de intangível	(126.291)	(118.067)
Aplicações financeiras	(18.880)	227.378
Aumento de capital em investidas	(3.200)	(5.734)
Venda de participação em controlada, líquido do caixa vendido	-	452
Dividendos recebidos de investidos	94.106	46.528
Contas a pagar de aquisição societária	-	-
Transações com partes relacionadas	(99.243)	(153.057)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(167.595)	(7.279)

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de transação	792.655	545.523
Contas a pagar de aquisição societária	(265.271)	(502.146)
Pagamento de arrendamento mercantil	(35.148)	(30.756)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(19.663)	(18.340)
Transações com partes relacionadas	(33.641)	-
Dividendos Pagos	-	2.231
Pagamentos de instrumentos financeiros	(6.874)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>432.058</u>	<u>(3.488)</u>
Caixa adquirido da reestruturação societária (nota 1.2)	479	(22.385)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>486.839</u>	<u>92.553</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	262.577	170.024
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>749.416</u>	<u>262.577</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>486.839</u>	<u>92.553</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (“Companhia”) está domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Avenida Engenheiro Santana Júnior, 3333, Fortaleza, estado do Ceará.

A Companhia é diretamente controlada pela Arco Educação S.A. (“Arco Brasil”), uma sociedade por ações constituída sob as leis brasileiras em 4 de abril de 2014 tendo como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. OSC Investments Limited é a controladora final da Companhia.

A Companhia fornece material didático do ensino fundamental ao ensino médio. Desde 2015, a Companhia tem investido em tecnologia e sua metodologia evoluiu para uma plataforma de educação capaz de entregar todo o conteúdo curricular K-12 (educação primária e secundária).

A Companhia oferece uma metodologia pedagógica completa usando recursos tecnológicos para fornecer material didático que objetivam melhorar o processo de aprendizado. As atividades da Companhia também são: edição, publicação e venda de material didático para escolas privadas.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria em 28 de março de 2025.

1.1 Eventos significantes durante o exercício

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(a) Transações financeiras

Emissão de debêntures

Em 14 de maio de 2024, a Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (“CBE” ou “Emissora”), uma subsidiária integral indireta da Companhia, assinou um contrato de debêntures. Em 07 de junho de 2024, a emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, cada uma com valor nominal de R\$ 1 (as “Debêntures”), totalizando R\$ 800 milhões, para distribuição pública no Brasil com esforços restritos a investidores institucionais de acordo com a Resolução 160 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (a “Oferta”). A Oferta faz parte da estratégia de gestão de balanço da Arco Educação para fortalecer sua posição de caixa.

(b) Aquisições de investidas

Em 1º de novembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela, referente aos 75% das ações remanescentes da Positivo, no valor de R\$ 391.882, conforme descrito na Nota 15.b).

(c) Reestruturações Internas

Reestruturação societária

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorporou a Me Salva! Cursos e consultoria S.A, pela Companhia Brasileira de Educação e Ensino S.A. A incorporação foi parte da estratégia de reestruturação da empresa.

A empresa incorporada estava sob controle comum da Companhia e os ativos e passivos incorporados da respectiva empresa foram registrados pelos seus valores contábeis. Não houve efeitos tributários decorrentes da incorporação.

Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2023

(a) Transações financeiras

Emissão de Debêntures

Em 26 de Julho de 2023, a Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (“CBE” ou “Emissora”), sua subsidiária integral indireta, concluiu a emissão de 550.000 debêntures não conversíveis, cada uma com valor nominal de R\$ 1 (as “Debêntures”), totalizando R\$ 550 milhões, para distribuição pública no Brasil com esforços de colocação restritos a investidores institucionais. A oferta faz parte da estratégia de reforçar a posição de caixa, e para ampliar o perfil de maturidade da dívida da Companhia.

(b) Aquisições de investidas

Pagamento da parcela da Escola da Inteligência

Em 31 de maio de 2023, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela, referente aos 40% das ações remanescentes da Escola da Inteligência, no valor de R\$ 301.116.

Pagamento de parcela da Positivo

Em 1º de novembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento da segunda parcela, referente à parcela de 75% das ações remanescentes da Positivo, no valor de R\$ 353.140.

(c) Venda de investimento

Em 1º de junho de 2023, a Companhia concordou em vender suas ações da Desenvolva – Educação, Treinamento e Consultoria Corporativa Ltda. (“Edupass”), que fazia parte do segmento Pedagógico da Companhia. A Companhia recebeu R\$ 755 na data da transação e foi definido um earn-out com base na receita líquida da Edupass para 2025, que pode variar de R\$ 1.000 a R\$ 8.400, se a receita de 2025 ultrapassar R\$ 20.000. Caso esse valor não seja alcançado, nenhum valor é devido para a operação. A perda na venda do investimento foi de R\$ 7.508, e está classificada em Outras receitas (despesas), líquidas na demonstração dos resultados.

2 Políticas contábeis

2.1 Base para preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e contraprestações contingentes de combinações de negócios que tenham sido mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Arco Brasil, controladora direta integral da Companhia, divulga suas demonstrações financeiras consolidadas. Dessa forma, nos termos do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Companhia não está apresentando suas demonstrações financeiras consolidadas, considerando ainda que a Arco Brasil não fez objeção quanto a este fato.

2.2 Entidades controladas e investidas

A tabela abaixo é uma lista das controladas e investidas da Companhia:

Entidades	Atividade Principal	País	Classificação	2024	2023
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	Serviços Educacionais	Brasil	Controlada	51,5%	51,5%
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	Tecnologia Educacional	Brasil	Controlada	100,0%	100,0%
Me Salva! Cursos e Consultorias S.A. (a)	Serviços Educacionais	Brasil	Controlada	-	100,0%
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Fundo de investimento	Brasil	Investida	11,3%	10,9%
Tera Treinamentos Profissionais Ltda	Serviços Educacionais	Brasil	Investida	20,3%	20,3%

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a entidade foi incorporada, conforme descrito na nota 1.1.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

2.3 Principais políticas contábeis

Esta nota fornece uma descrição das políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras, além de outras políticas que foram divulgadas em outras notas dessas demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas consistentemente a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesas administrativas, quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de criar saídas.

O processo de aquisição é considerado substantivo se for crítico para a capacidade de continuar produzindo resultados, e os insumos adquiridos incluem uma força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para realizar esse processo ou contribui significativamente para a capacidade de continuar produzindo resultados e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativo na capacidade de continuar produzindo produtos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. A contraprestação contingente classificada como um ativo ou passivo que é um instrumento financeiro e no escopo do CPC 48 Instrumentos Financeiros é mensurada pelo valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado de acordo com o CPC 48. Outros a contraprestação contingente que não está dentro do escopo da CPC 48 é mensurada pelo valor justo em cada data de relatório com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado pelo custo (sendo o excedente da contraprestação transferida, em relação ao valor reconhecido de participação de não controladores e qualquer participação anterior detida sobre os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, a Companhia reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excedente do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, então o ganho é reconhecido no resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

A legislação tributária vigente permite a dedutibilidade do ágio da data de aquisição e do justo valor dos ativos líquidos adquiridos quando uma ação não substantiva é tomada após a aquisição pela Companhia (ou seja, quando acontece a fusão, incorporação ou cisão dos negócios adquiridos) e, portanto, a base tributária e contábil dos ativos líquidos adquiridos são os mesmos da data de aquisição. Até que tal ação ocorra, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data da aquisição e não são reconhecidos efeitos fiscais diferidos.

b) Investimento em coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As considerações efetuadas na determinação de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às controladas. Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”, na demonstração do resultado.

c) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

d) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e;

- Nível 3 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Em cada data de divulgação, a Companhia analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, a Companhia confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

e) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Não há ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e algumas aplicações financeiras.

b) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos financeiros derivativos.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - nota 3.
- Contas a receber de clientes - nota 6.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera como perda de um ativo financeiro quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 360 dias. A administração considera esse prazo de vencimento adequado considerando o modelo de negócios da Companhia e o histórico de pagamento do cliente, uma vez que os contratos são firmados anualmente e neste período a Companhia pode negociar o pagamento do título reduzindo o risco de crédito. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar um ativo financeiro como inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que a Companhia receba integralmente os valores pendentes de contratos. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos passivos e contas a pagar de aquisição societária.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos).

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

b) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* cambiais de empréstimos em moeda estrangeira. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo dos derivativos são registrados diretamente como resultado financeiro.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial compreendem o caixa em bancos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com vencimento original de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um valor insignificante risco de alteração de valor.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, por serem considerados parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

h) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos dos estoques baseiam-se no método de custo médio e incluem custos incorridos na compra de estoques, custos de produção editorial e outros custos incorridos em trazê-los para a sua localização e condição atuais. Os custos do estoque adquirido são determinados após deduzir quaisquer descontos e impostos recuperáveis.

As obras didáticas em andamento são consideradas como estoques em andamento e compreende os custos incorridos para criar material didático inacabado. Esse valor é medido com base na alocação de horas incorridas pelos colaboradores da produção editorial na elaboração de material didático.

A provisão para perda de material didático é calculada com base em seu valor esperado líquido realizável. A provisão para obsolescência dos estoques é registrada no custo das vendas. Ao determinar a provisão para perda de material didático, a Companhia considera a avaliação atual do mercado, as tendências do setor e a demanda projetada do produto, em comparação com o número de unidades atualmente em estoque.

i) Imobilizado

Imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

As despesas subsequentes só serão capitalizadas se for provável que os benefícios econômicos futuros associados às despesas fluam para a Companhia.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Benfeitorias	10% a 27%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período estabelecido em contrato, conforme abaixo:

Imóveis	1 a 4 anos
Equipamentos	1 a 4 anos

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A Companhia capitaliza os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento das plataformas educacionais usadas para entregar conteúdo. Estes custos são substancialmente compostos de serviços relacionados com a tecnologia e despesas de folha de pagamento, esses gastos são registrados como software desenvolvido internamente na rubrica de intangível como plataformas de educação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas somente se as despesas podem ser mensuradas de forma confiável, o produto ou processo é tecnicamente e comercialmente viável, futuros benefícios econômicos são prováveis e a Companhia pretende e tem recursos suficientes para completar desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, ele é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os custos associados à manutenção do software desenvolvido internamente são reconhecidos como uma despesa, à medida que incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

I) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - nota 3
- Investimentos - nota 10
- Imobilizado - nota 11
- Intangível - nota 12

A Companhia revisa anualmente, se há uma indicação de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. Se alguma indicação existir, ou quando for necessário um teste de perda por redução ao valor recuperável para um ativo, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. A quantia recuperável de um ativo é o mais alto entre o valor justo de um ativo menos custos de descarte e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados para seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o ativo. Na determinação do valor justo menos custos de descarte, as transações de mercado recentes são levadas em conta. Se essas transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

A Companhia baseia seu cálculo de perda por redução ao valor recuperável em orçamentos detalhados, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa aos quais os ativos individuais são alocados. Esses orçamentos geralmente abrangem um período de cinco anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros do projeto após o quinto ano.

As perdas por redução ao valor recuperável das operações em continuidade são reconhecidas na demonstração de resultados em categorias de despesa consistentes com a função do ativo baixado.

Para os ativos, com exceção do ágio, é efetuada uma avaliação ao final de cada exercício para determinar se existe uma indicação de que as perdas ao valor recuperável de ativos anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houve uma alteração nos pressupostos usados para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que a quantia escriturada do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação para o ativo em exercícios anteriores. Tal reversão é reconhecida na demonstração de resultados.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente em 30 de setembro e revisado em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Segmento é o nível mais baixo dentro da empresa em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e, portanto, testes de perda por redução ao valor recuperável de ágio foram realizados em cada nível de segmento. O prejuízo é determinado para o ágio avaliando o valor recuperável de cada segmento ao qual o ágio se relaciona. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

m) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

n) Distribuição de lucros

A Companhia reconhece a responsabilidade de pagar um dividendo quando a distribuição é autorizada e a distribuição já não está a critério da Companhia. A distribuição é autorizada quando é exigido pagar um dividendo mínimo do lucro para o exercício em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia ou quando aprovado pelos acionistas. Um valor correspondente é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

o) Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas são despesas quando o referido serviço é fornecido. Uma responsabilidade é reconhecida pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal de pagar esse valor como resultado do serviço passado fornecido pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

p) Plano de remuneração baseado em ações

Certos executivos-chaves da Companhia recebem remuneração na forma de pagamentos baseados em ações, nos quais prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Transações liquidadas com instrumentos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas administrativas em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, em conta própria para essa reserva, ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

q) Reconhecimento da receita

Receita da venda de material didático

A Companhia vende conteúdo educacional para escolas particulares, que são entregues através de formatos impressos e digitais para escolas particulares. A receita de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito pela troca dos bens e serviços, ou seja, no momento, ele entrega o conteúdo para escolas particulares em formato impresso e digital quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, e a receita desses contratos é reconhecida em um determinado momento. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada escola e é baseada em um valor negociado em cada contrato por meio das condições contidas nos termos de venda. A tecnologia é fornecida exclusivamente para apoiar o melhor uso de seu conteúdo. O conteúdo do material impresso e o digital são os mesmos.

O conteúdo digital, incluindo seus recursos, é fornecido com o objetivo de suportar o conteúdo impresso e inclui vídeo-aulas, trabalhos de casa on-line e avaliações que não são personalizadas e não têm valor independente se usadas separadamente ou fora do contexto principal. O conteúdo digital e os recursos relacionados são uma evolução de uma metodologia totalmente impressa para uma abordagem mais ampla, e continuarão a evoluir e mudar nos próximos exercícios, mas ainda estão profundamente relacionados com o conteúdo impresso.

A Companhia gera substancialmente todas as suas receitas a partir de contratos que têm um prazo médio de três anos, em conformidade com a qual a fornece material didático em formato impresso e digital para escolas privadas. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada cliente, utilizando as soluções e o preço acordado por aluno por ano, todos de acordo com os termos e condições estabelecidos em cada contrato. Cada contrato contempla multas que variam entre 100% e 20% do valor total remanescente do contrato, em caso de rescisão. No entanto, o material já entregue às escolas privadas não é devolvido, a menos que as condições de retorno no parágrafo seguinte sejam atendidas.

De acordo com os termos dos contratos com as escolas, eles são obrigados, até o final de novembro de cada ano, a fornecer à Companhia uma estimativa do número de alunos matriculados que terão acesso ao conteúdo no próximo ano letivo (que tipicamente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo que a Companhia inicie a entrega do seu material didático. Uma vez que os contratos com as escolas permitem o retorno do produto ou aumento do número de alunos matriculados até um certo limite, a Companhia reconhece a receita para o montante que se espera que seja recebida com base na experiência passada, supondo que as outras condições para o reconhecimento de receitas são atendidas. Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperação dos bens junto ao cliente.

O ativo é mensurado pelo valor contábil anterior do estoque, deduzido de quaisquer custos esperados para recuperar os bens e de qualquer potencial redução no valor. A Companhia atualiza a mensuração do ativo para quaisquer revisões no nível esperado de retorno e quaisquer reduções adicionais no valor dos produtos devolvidos.

A receita de assinatura é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada cliente e é baseada em um valor negociado com cada assinante através das condições contidas nos termos de uso.

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Custo para obter um contrato

A Companhia incorre em custos para obter cada contrato de venda e reconhece como um ativo os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente se a entidade espera recuperar esses custos. Os custos incrementais de obtenção de um contrato são aqueles custos em que uma entidade incorre para obter um contrato com um cliente em que não teria incorrido se o contrato não tivesse sido obtido.

r) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos do imposto de renda corrente são mensurados no montante previsto para ser recuperado ou pago às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis fiscais usadas para calcular o montante são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas na data das demonstrações financeiras.

A administração avalia periodicamente as posições tomadas nas declarações fiscais relativamente às situações em que as regulamentações fiscais aplicáveis estão sujeitas a interpretação e estabelece disposições, quando aplicável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos passivos são contabilizados para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo é originado do reconhecimento inicial de ágio ou de ativos e passivos de uma transação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).
- Em relação às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e investimentos em *joint venture*, quando o tempo de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não reverterão no futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, os créditos fiscais não utilizados e quaisquer perdas fiscais não utilizadas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas. Exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil, nem lucro ou prejuízo tributável;
- Relacionado às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e investimentos em *joint venture*, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que as diferenças temporárias revertam no futuro previsível e o lucro tributável estará disponível para as diferenças temporárias poderem ser utilizadas.

A quantia escriturada de ativos fiscais diferidos é revista ao final de cada exercício e reduzida na medida em que não é mais provável que o lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo possa ser utilizado. Os ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados ao final de cada exercício e são reconhecidos na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que o imposto diferido ativo seja recuperado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são medidos nas taxas de imposto que se espera que se apliquem no exercício em que o ativo é realizado ou a responsabilidade é liquidada, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido promulgadas ou comprovadas substantivamente na data do relatório.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são utilizados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.4 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis para o período de relatório atual. A Companhia não teve que alterar suas políticas contábeis ou fazer ajustes retrospectivos como resultado da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Normas emitidas, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não em vigor, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao CPC 02 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).
- Alterações às normas IFRS 09 e IFRS 07 – Classificação e Mensuração de instrumentos financeiros.
- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;

Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis), transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- Melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma ") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual ") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS ") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a primeira aprovação, pelo Congresso Nacional, e agora seguiu para análise do Senado Federal. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão.

Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. A incerteza sobre essas premissas e estimativas podem ocasionar resultados que exijam um ajuste significativo no valor contábil dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros. Estimativas e julgamentos contábeis são continuamente reavaliados e são baseados em experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Outras divulgações relativas à exposição a riscos e incertezas incluem:

- Gestão de capital - nota 23;
- Gestão de risco e de políticas instrumentos financeiros - nota 23;
- Análise de sensibilidade - nota 23.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. A Companhia baseou suas estimativas e premissas sobre os parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. As circunstâncias e pressupostos existentes sobre os desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças de mercado ou circunstâncias que surgem e que estão além do controle da Companhia. Tais alterações são refletidas nos pressupostos quando ocorrem. As principais estimativas são:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota 13.

Perda estimada de estoque

A Companhia reconhece uma provisão para alienação de estoque considerando materiais de coleções anteriores não comercializados e um modelo prospectivo para estimar a previsão de obsolescência de produtos de coleções atuais. O modelo aplicado considera os dados históricos de não realização dos produtos para obter os percentuais de perda esperados. Quaisquer mudanças significativas entre as perdas observadas em comparação com o padrão de perda histórico impactam os percentuais de perda esperados estimados pela Companhia. Vide nota 7 para mais informações.

Perdas de crédito estimadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de estimativas para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes.

A matriz de estimativas baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de

crédito esperadas sobre as contas a receber de ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na nota 6.

Pagamento baseado em ações

A estimativa do valor justo para transações de pagamento com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da concessão. Essa estimativa também requer a determinação dos dados mais apropriados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção de ação ou direito de valorização, volatilidade e rendimento de dividendos e fazendo suposições sobre eles. Para a mensuração do valor justo das transações liquidadas com ações, a Companhia utiliza o modelo Black & Scholes. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo das transações com pagamento baseado em ações estão divulgados na nota 16.

Impostos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para diferenças temporárias e todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os insumos considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes insumos não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

A contraprestação contingente, resultante de aquisição de investimentos, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subseqüentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. Ver notas 4 e 23 para mais detalhes.

Qualquer contraprestação contingente é classificada como instrumentos financeiros a partir da aquisição de participação, vide nota 15.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e depósitos bancários	14.217	3.855
Aplicações financeiras (a)	735.199	258.722
	<u>749.416</u>	<u>262.577</u>

(a) Caixa e equivalentes de caixa correspondem a certificados de depósito bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras eram representadas por títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 101,4% (2023: 100,9%) do CDI. Essas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Aplicações financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aplicações financeiras (a)	117.618	58.311
Outras	17	376
	<u>117.635</u>	<u>58.687</u>
Circulante	77.746	58.311
Não circulante	39.889	376

(a) As aplicações financeiras correspondem a investimentos indexados ao CDI e a SELIC e geridos por instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2024, o rendimento médio dessas aplicações equivale a 104,4% (2023: 103,1%) do CDI e a 161,5% da SELIC (2023: 161,5%).

6 Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber de clientes pela venda de material didático	975.461	938.285
Contas a receber de partes relacionadas (nota 8)	45.615	3.078
	<u>1.021.076</u>	<u>941.363</u>
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(103.462)	(76.611)
	<u>917.614</u>	<u>864.752</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o vencimento das contas a receber é conforme segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	883.514	810.063
Vencidos	137.562	131.300
1 a 60 dias	31.599	26.337
61 a 90 dias	11.852	11.776
91 a 120 dias	9.332	7.533
121 a 180 dias	10.974	11.390
Mais de 180 dias	73.805	74.264
	<u>1.021.076</u>	<u>941.363</u>

A Companhia revisa sua provisão para devedores duvidosos pelo menos duas vezes por ano após uma revisão detalhada dos saldos de contas a receber e perfis históricos de pagamento, e avaliação dos fatores de risco prospectivos. A administração acredita que todos os saldos remanescentes a receber são totalmente recuperáveis.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos no início do exercício	(76.611)	(63.171)
Adições / Reversões	(39.251)	(9.896)
Reestruturação societária	-	(10.502)
Baixas	12.400	6.958
Saldos no final do exercício	(103.462)	(76.611)

7 Estoques

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Material didático	58.523	125.262
Conteúdo educacional (a)	101.311	110.100
Estoques de uso e consumo	1.509	677
Estoques em poder de terceiros	62.963	44.233
	<u>224.306</u>	<u>280.272</u>

- (a) Custos indiretos e proporção de despesas gerais alocadas ao conteúdo educacional finalizado. Esses custos incluem custos de pessoal incorridos e serviços de terceiros para edição de conteúdo educacional e atividades relacionadas (design gráfico, edição, revisão e layout, entre outros).

O material didático é apresentado líquido de provisão para perda. O movimento na provisão para perda de estoque para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023 foi o seguinte:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo do início do ano	(71.264)	(49.242)
Adições / Reversões	(18.892)	(43.376)
(-) Baixas	38.660	21.354
Saldo do final do ano	(51.496)	(71.264)

8 Impostos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRRF sobre aplicações financeiras (a)	9.527	4.756
IRPJ e CSLL a recuperar	12.258	16.881
PIS e COFINS a recuperar (b)	15.806	21.425
Outros	2.892	2.504
	40.483	45.566
Circulante	39.690	39.492
Não circulante	793	6.074

- a) Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras (IRRF) a ser utilizado para compensar os impostos federais a pagar.
- b) Créditos adquiridos sobre compras operacionais da Companhia. Esse saldo geralmente é utilizado para compensação de saldos devedores de impostos federais, principalmente de INSS relacionado a folha de pagamento.
- c)

9 Partes relacionadas

A tabela abaixo resume os saldos e transações com partes relacionadas:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	1.965	2.450
SAE Digital S.A. (a)	40.137	-
International School (d)	2.580	2.580
Isaac Tecnologia e Serviços	933	-
Me Salva! Cursos e Consultoria S.A.	-	628
	45.615	3.078
Outras contas a receber		
Arco Instituto de Educação (c)	2.162	1.400
	2.162	1.400
Partes relacionadas ativo (b)		
Arco Educação S.A.	58.291	87.661
SAE Digital S.A.	85	1.167
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	138	5
Activesoft	1.286	1.277
Arco Platform Limited	187.013	131.518
Classapp Sistemas Ltda	220	-
Me Salva Cursos e Consultoria S.A.	-	2.558
Isaac Tecnologia e Serviços	168.272	54.282
	415.305	278.468
Circulante	5.357	18.897
Não circulante	409.948	259.571
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber		
International School S.A.	40.421	63.354
	40.421	63.354

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivos		
Partes relacionadas passivo (b)		
Arco Educação S.A.	3.411	1.014
SAE Digital S.A	155	-
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	<u>1.437</u>	<u>1.541</u>
	<u>5.003</u>	<u>2.555</u>
Circulante	5.003	2.555
Não circulante	-	-
Receita		
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	6.025	5.854
SAE Digital S.A. (a)	<u>-</u>	<u>1.084</u>
	<u>6.025</u>	<u>6.938</u>

- a) Transações comerciais com de venda de material didático entre as empresas do Grupo. O prazo médio de recebimento de 60 dias após o faturamento. As transações são precificadas com base no preço do contrato na data da venda estabelecido entre as partes.
- b) Saldos a receber e a pagar entre as empresas do mesmo grupo econômico com a finalidade de otimizar a gestão de caixa.
- c) Valores a receber do Arco Instituto de Educação decorrentes de reembolso de despesas pagas pela Companhia. Os valores não estão sujeitos a encargos financeiros e o saldo em aberto em dezembro de 2024 é referente à operação de 2024.
- d) Valores a receber das subsidiárias pela utilização de serviços compartilhados prestados pela Companhia.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração corresponde a:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Benefícios de empregados de curto prazo	67.973	49.187
Plano de remuneração baseado em ações (a)	<u>76.851</u>	<u>60.850</u>
	<u>144.824</u>	<u>110.037</u>

A remuneração do pessoal-chave da administração inclui benefícios de curto prazo dos empregados, compostos por salários, bônus, custos trabalhistas e sociais e outros benefícios de curto prazo.

- (a) Alguns membros da administração da Companhia participam do plano de remuneração baseado em ações, ver nota 16 para mais informações.

10 Investimentos

i. Composição da conta

O quadro abaixo apresenta um sumário dos saldos contábeis em empresas controladas e investidas. As informações quanto à natureza e percentual de participação estão descritas na nota 2.2.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Investimentos		
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	102.028	141.448
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	53.907	50.317
Me Salva! Cursos e Consultorias S.A.	33.399	33.304
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	14.831	14.943
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	11.876	11.724
Lucros não realizados nos estoques	(7.947)	(5.020)
	<u>208.094</u>	<u>246.716</u>
Saldo de ágio/mais valia na aquisição de investimentos incorporados:		
Barra Américas Editora Ltda.	428	636
Sistema de Ensino Positivo	1.251.029	1.310.083
WPensar S.A.	20.617	21.548
Geekie Desenvolvimento de Softwares S.A.	172.670	175.056
Escola da Inteligência Cursos Educacionais Ltda.	376.902	396.773
Studos Software Ltda.	14.169	15.312
Quadrado Mágico Desenvolvimento e Licenciamento de Software S.A.	25.256	26.811
P2D Educação Ltda.	647.795	660.626
Nave à Vela Ltda.	46.476	48.282
Distribuidora de Material Didático Desterro Ltda.	8.555	9.208
Nova Gaúcha	-	107
	<u>2.563.897</u>	<u>2.664.442</u>
Total	<u>2.771.991</u>	<u>2.911.158</u>
Dividido em:		
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Investimento	129.667	163.383
Ágio	1.939.184	1.939.184
Mais-valia	703.140	808.591
	<u>2.771.991</u>	<u>2.911.158</u>

ii. Movimentação

A movimentação dos investimentos, em empresas controladas, controladas em conjunto e joint ventures é demonstrada abaixo:

Investida	2023	Aumento de capital	Reestruturação societária (nota 1.2)	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Venda de Ativos	Ações restritas - reflexo	Ajuste a valor justo	Ganho em mudança de participação	2024
Barra Américas Editora Ltda.	636	-	-	(208)	-	-	-	-	-	428
International School Serviços de Ensino,	141.448	-	-	32.550	(71.970)	-	-	-	-	102.028
Sistema de Ensino Positivo	1.310.083	-	-	(59.054)	-	-	-	-	-	1.251.029
WPensar S.A.	21.548	-	-	(931)	-	-	-	-	-	20.617
Escola da Inteligência	396.773	-	-	(19.871)	-	-	-	-	-	376.902
Geekie Desenvolvimento de Softwares	175.056	-	-	(2.386)	-	-	-	-	-	172.670
Nova Gaúcha	107	-	-	(107)	-	-	-	-	-	-
Desterro	9.208	-	-	(653)	-	-	-	-	-	8.555
Nave à Vela	48.282	-	-	(1.806)	-	-	-	-	-	46.476
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	50.317	-	-	789	-	-	2.801	-	-	53.907
Studos	15.312	-	-	(1.143)	-	-	-	-	-	14.169
Me Salva	33.304	3.200	2.415	(5.520)	-	-	-	-	-	33.399
Eduço	26.811	-	-	(1.555)	-	-	-	-	-	25.256
P2D	660.626	-	-	(12.831)	-	-	-	-	-	647.795
Tera	14.943	-	-	(112)	-	-	-	-	-	14.831
Bewater Ventures	11.724	-	-	-	-	-	-	-	152	11.876
Lucros não realizados nos estoques	(5.020)	-	-	(2.927)	-	-	-	-	-	(7.947)
	2.911.158	3.200	2.415	(75.765)	(71.970)	-	2.801	-	152	2.771.991

Investimentos em controladas

As principais informações sobre as controladas, as quais possuem exercício social também encerrado em 31 de dezembro, estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado do exercício
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	113.564	29.758	70.160	2.263	70.899	176.038	(140.249)	35.789
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	51.505	12.497	23.205	793	40.004	89.809	(88.785)	1.024
Me Salva! Cursos e Consultorias S.A.	-	-	-	-	-	3.903	(7.990)	(4.087)

Em 31 de dezembro de 2023

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado do exercício
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	186.683	22.254	101.310	546	107.081	160.714	(105.734)	43.027
NLP Soluções Educacionais Ltda.	-	-	-	-	-	3.733	(10.571)	(4.888)
WPensar S.A.	-	-	-	-	-	3.089	(1.269)	1.366
Escola da Inteligência Cursos Educacionais Ltda.	-	-	-	-	-	32.367	(40.893)	(3.298)
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	40.725	13.115	13.993	-	39.847	73.348	(68.239)	4.227
Me Salva! Cursos e Consultorias S.A.	2.363	1.468	2.804	2.558	(1.531)	7.806	(10.526)	(3.074)
Desenvoolva – Educação, Treinamento e Consultoria Corporativa Ltda.	-	-	-	-	-	1.170	(1.018)	(1.093)

iii. Investimentos em outras entidades

Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Bewater”)

Em 24 de julho de 2020, a Companhia, por meio de sua subsidiária Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (“CBE”), adquiriu 9.670 cotas classe B do Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo” ou “Bewater”), um fundo gerido pela Paraty Capital. A Companhia pagou R\$ 9.670, correspondendo a uma participação total de 14,5% na Bewater. Em 2 de fevereiro de 2021, a Bewater realizou uma nova rodada de injeção de capital, na qual a Companhia adquiriu 27 cotas classe B adicionais, resultando em uma participação de 11,1% das cotas do Fundo.

Em 12 de agosto de 2021, a Bewater teve uma nova rodada de investimentos, na qual a Companhia adquiriu 16 cotas classe B adicionais, resultando em uma participação de 11,0% das cotas do Fundo. Em 17 de fevereiro de 2022 e em 5 de agosto de 2022, a Bewater realizou novas rodadas de investimento, nas quais a Companhia adquiriu 19 e 12 cotas classe B adicionais, respectivamente. Em 3 de fevereiro de 2023 e 25 de julho de 2023, a Bewater realizou novas rodadas de investimento, nas quais a Companhia adquiriu 21 e 5 cotas classe B adicionais, respectivamente. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia detém uma participação de 11,28% das cotas do Fundo.

O Fundo fez um investimento minoritário no Grupo A, uma empresa que oferece soluções educacionais para o ensino superior. O investimento na Bewater é mensurado pelo valor justo por meio do resultado financeiro e registrado no resultado financeiro.

Tera Treinamentos Profissionais Ltda (“Tera”)

Em 9 de abril de 2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Tera Treinamentos Profissionais Ltda, uma empresa que oferece cursos profissionais focados no desenvolvimento de habilidades digitais, segundo o qual 8.234 ações foram adquiridas, equivalentes a 23,43% do capital social total da Tera, por um montante total de R\$ 15.000. Com base no acordo assinado, a Empresa não possui controle sobre a Tera, mas exerce influência significativa sobre a entidade.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia detém uma participação de 20,26% devido à diluição de sua participação resultante de outra rodada de investimentos que os investidores realizaram sem injeção de capital da Arco.

iv. Análise do valor recuperável de ativos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ágio		
Pedagógico	1.939.184	1.939.184
	<u>1.939.184</u>	<u>1.939.184</u>
Investimento + Mais-valia		
Pedagógico	832.807	971.974
	<u>832.807</u>	<u>971.974</u>
Total	<u>2.771.991</u>	<u>2.911.158</u>

Teste de impairment do ágio em 2024

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$ 1.939.184 de ágio por expectativa de rentabilidade futura registrados na rubrica de investimentos, que, de acordo com o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, integra ao seu valor líquido nas demonstrações financeiras.

Por não ser reconhecido separadamente, esse ágio também não deve ser testado separadamente com relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é que deve ser testado como um único ativo, em conformidade com o disposto no CPC 01 – Redução o Valor Recuperável de Ativos, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável.

A Companhia realizou análise do valor recuperável de ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024. A Companhia testa, pelo menos anualmente, a recuperabilidade do valor contábil do ágio. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de pressupostos, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia.

Segundo o CPC 22, um segmento operacional é um componente de uma entidade que realiza atividades de negócios, gera receitas, incorre em despesas e tem seus resultados revisados pela autoridade de decisão para alocação de recursos e avaliação de desempenho. As informações por segmento são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais executivos da Companhia e ao diretor presidente, que é o principal tomador de decisões operacionais. Eles são responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

Para o ano corrente a visão gerencial do Grupo para a sua unidade geradora de Caixa é: Pedagógico. A companhia decidiu alocar sua visão gerencial na unidade geradora de caixa mencionada, pois entende que existe um ganho de eficiência e os recursos são alocados na sua principal via de negócio das empresas. Abaixo apresentaremos também os números atrelados a unidade geradora de caixa de Finanças e Gestão (F&M), visto que, o ágio dessa UGC é testado em conjunto por estar registrado nas controladoras da Cia.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Para 2024, a Companhia comparou os valores contábeis das unidades geradora de caixa com os seus valores justos líquidos de despesa de venda (valor em uso em 2023).

O cálculo do valor justo é baseado em projeções de fluxo de caixa e orçamentos financeiros aprovados pela administração por um período de cinco anos. Os fluxos de caixa além do período de cinco anos foram extrapolados usando uma taxa de crescimento estimada. A taxa de crescimento não excede a taxa média de longo prazo da indústria. O valor justo calculado para o segmento Pedagógico em 2024 foi de R\$ 5.036.880 e o valor em uso foi de R\$ 1.812.555. Já o valor justo calculado para o segmento F&M em 2024 foi de R\$ 1.624.149 e o valor em uso foi R\$ 366.687.

Em 31 de dezembro de 2024, não há provisão para redução ao valor recuperável para os ágios por expectativa de rentabilidade futura.

Os cálculos de valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado e baseiam-se nas seguintes premissas:

	Taxa de crescimento 2024	Taxa de crescimento na perpetuidade 2024	Taxa de desconto 2024
Pedagógico	12,6%	3,6%	13,1%
Finanças e Gestão	22,8%	3,6%	15,0%

Teste de impairment do ágio em 2023:

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 1.939.185 de ágio por expectativa de rentabilidade futura registrados na rubrica de investimentos, que, de acordo com o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, integra ao seu valor líquido nas demonstrações financeiras.

Por não ser reconhecido separadamente, esse ágio também não deve ser testado separadamente com relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é que deve ser testado como um único ativo, em conformidade com o disposto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável.

A Companhia realizou análise do valor recuperável de ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. A Companhia testa, pelo menos anualmente, a recuperabilidade do valor contábil do ágio. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de pressupostos, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia.

O cálculo do valor em uso baseia-se em projeções de fluxo de caixa e orçamentos financeiros aprovados pela administração por um período de cinco anos. Fluxos de caixa para além do período de cinco anos foram extrapolados usando uma taxa de crescimento estimada. A taxa de crescimento não excede a taxa média de longo prazo para a indústria. O valor justo calculado para o segmento Core em 2023 foi de R\$ 4.670.275, já o valor justo calculado para o segmento Suplementar em 2023 foi de R\$ 2.146.742.

Em 31 de dezembro de 2023, não há provisão para redução ao valor recuperável para os ágios por expectativa de rentabilidade futura.

Os cálculos de valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado e baseiam-se nas seguintes premissas:

	Taxa de Crescimento 2023	Taxa de Crescimento na perpetuidade 2023	Taxa de desconto 2023
Core	8,1%	3,0%	12,1%
Suplementar	22,1%	3,0%	13,4%

11 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias	Provisão para perda	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	994	126	2.407	64.143	144	15.517	(863)	82.468
Adições	210	-	584	2.340	-	1.645	-	4.779
Baixa do custo	(419)	(30)	(448)	(3.005)	-	(2.755)	121	(6.536)
Reestruturação societária (nota 1.2)	718	46	99	53	4	12	(83)	849
Transferências	(2)	4	(2)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.501	146	2.640	63.531	148	14.419	(825)	81.560
Adições	390	-	782	10.975	-	1.940	-	14.087
Baixa do custo	(94)	(19)	(200)	(1.021)	-	-	457	(877)
Transferências	68	36	194	611	-4	1	(906)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.865	163	3.416	74.096	144	16.360	(1.274)	94.770
Depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(237)	(126)	312	(21.746)	(25)	(10.763)	-	(32.585)
Depreciação no exercício	(152)	(20)	(320)	(20.325)	(11)	(1.693)	-	(22.521)
Baixas de depreciação	275	-	198	2.778	-	2.240	-	5.491
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(114)	(146)	190	(39.293)	(36)	(10.216)	-	(49.615)
Depreciação no exercício	(333)	(17)	(335)	(20.266)	(9)	(1.047)	-	(22.007)
Baixas de depreciação	18	-	33	225	-	-	-	276
Transferências	(5)	-	5	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(434)	(163)	(107)	(59.334)	(45)	(11.263)	-	(71.346)
Saldo líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	757	-	2.719	42.397	119	4.754	(863)	49.883
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.387	-	2.830	24.238	112	4.203	(825)	31.945
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.431	-	3.309	14.762	99	5.097	(1.274)	23.424

A Companhia avalia, em cada data de relatório, se existe uma indicação de perda ao valor recuperável de ativos. Se existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há indícios de perda ao valor recuperável do ativo imobilizado e por isso, não foi constituída provisão.

12 Direito de uso e Passivo de arrendamento

O balanço patrimonial apresenta os seguintes valores relacionados aos arrendamentos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Direito de uso		
Imóveis	63.027	36.437
	63.027	36.437
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Arrendamento		
Circulante	37.527	23.255
Não circulante	34.011	19.167
	71.538	42.422

A seguir, são apresentados os valores contábeis dos ativos e passivos de arrendamento com direito de uso de Companhia e os movimentos durante o período:

	<u>Direito de uso</u>	<u>Arrendamento</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	36.437	42.422
Adições	65.259	65.259
Modificações (a)	434	434
Baixa	(270)	(311)
Despesa de amortização	(38.833)	-
Despesa de juros	-	5.388
Pagamentos de passivos de arrendamento	-	(35.148)
Juros pagos	-	(6.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.027	71.538
Taxa média anual de depreciação	29,8%	

A Companhia reconheceu a despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R\$ 2.356 (R\$914 em 2023) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

13 Intangível

	Licença de comercialização	Direitos autorais	Licença de uso de softwares	Marcas	Plataforma de educação	Acordo de não competição	Intangível em andamento	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.654	47.749	92.989	17.099	337.061	2.007	22.201	530.760
Aquisições	-	8.023	32.777	-	75.187	-	2.080	118.067
Baixas	-	-	-	-	-	(1.329)	-	(1.329)
Reestruturação societária	-	765	2.226	-	4.952	-	-	7.943
Transferência	-	2.926	(1.111)	-	1.111	-	(2.926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.654	59.463	126.881	17.099	418.311	678	21.355	655.441
Aquisições	-	15.845	42.352	-	67.515	815	(236)	126.291
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Reestruturação societária (nota 1.2)	-	65	466	-	-	-	-	531
Transferência	-	-	(640)	-	-	640	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.654	75.373	169.059	17.099	485.826	2.133	21.119	782.263
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(6.918)	(27.796)	(32.253)	(2.592)	(202.572)	(1.371)	-	(273.502)
Amortização	(2.248)	(5.725)	(30.011)	(4.871)	(82.700)	(464)	-	(126.019)
Baixas de amortização	-	-	-	-	60	1.157	-	1.217
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(9.166)	(33.521)	(62.264)	(7.463)	(285.212)	(678)	-	(398.304)
Amortização	(1.129)	(16.599)	(30.947)	(2.698)	(88.502)	(694)	-	(140.569)
Baixas de amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.295)	(50.120)	(93.211)	(10.161)	(373.714)	(1.372)	-	(538.873)
Saldo líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.736	19.953	60.736	14.507	134.489	636	22.201	257.258
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.488	25.942	64.617	9.636	133.099	-	21.355	257.137
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.359	25.253	75.848	6.938	112.112	761	21.119	243.390

A Companhia avalia, pelo menos anualmente, a recuperabilidade do valor contábil do ativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há indicadores de perda de valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia com vida útil definida.

a) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis, exceto o ágio, são avaliados separadamente por cada aquisição e são amortizados de acordo com as suas vidas úteis. A vida útil e os métodos de amortização desses outros intangíveis são revisados e ajustados a cada ano financeiro e ajustados apropriadamente se necessário.

A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são:

	<u>Anos</u>
Licença de comercialização	10
Carteira de clientes	5 a 16
Sistema educacional	3 a 10
Direitos autorais	3
Licença de uso de software	2 a 5
Marcas	10 a 20
Plataforma educacional	3 a 10
Acordo de não competição	2 a 5

14 Empréstimos e financiamentos

	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Debêntures (a)	100% CDI + 2,3% a.a	Agosto/2027	1.258.212	1.262.807
Empréstimo bancário (b)	USD + 2,4% a.a	Outubro/2024	-	18.252
Debêntures (c)	100% CDI + 2,6% a.a	Julho/2028	581.150	581.861
Debêntures (d)	100% CDI + 1,8% a.a	Maio/2029	805.701	-
			2.645.063	1.862.920
Circulante			505.482	121.187
Não circulante			2.139.581	1.741.733

- a) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 2,3% ao ano, que são pagos a cada seis meses, com o primeiro pagamento em 3 de fevereiro de 2023 e o último pagamento em 3 de agosto de 2027. O valor principal será liquidado em 3 parcelas em agosto de cada ano de 2025 a 2027. As debêntures são garantidas pela Arco Educação S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 158.199 de juros acumulados e pagamentos de juros no valor de R\$ 162.794.

- b) A mudança no saldo atual está principalmente relacionada a: (i) juros acumulados de R\$ 158, (ii) variação cambial de R\$ 1.463 reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado, (iii) pagamentos de juros de R\$ 210 e (iv) pagamento final de R\$ 19.663.

- c) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 2,6% ao ano, pagáveis semestralmente em janeiro e julho, e são garantidas pela Arco Educação S.A. O valor principal será liquidado em 3 parcelas em julho de cada ano de 2026 a 2028.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 74.184 de juros acumulados e pagamentos de juros no valor de R\$ 74.895.

- d) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 1,8% a.a., pagáveis semestralmente em maio e novembro, e são garantidas pela Arco Educação S.A. O valor principal será liquidado em 3 parcelas em maio de cada ano, de 2027 a 2029.

Além do valor de R\$ 800 milhões, a Companhia reconheceu R\$ 7.345 como custos de transação, que serão reconhecidos como despesa financeira durante o período do contrato. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 56.825 de juros acumulados e pagamentos de juros no montante de R\$ 43.779.

O contrato de debêntures prevê cláusulas restritivas de vencimento antecipado tais como: cláusulas financeiras, incluindo o atingimento de um índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida consolidada do Grupo econômico ao qual a Companhia é integrante (excluindo o saldo de títulos conversíveis) por EBITDA ajustado inferior a 3x em 31 de dezembro de 2024; inadimplência sobre as obrigações financeiras do contrato, falência ou liquidação da empresa, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos.

Movimentação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo no início do exercício	1.862.920	1.305.019
Captação	800.000	550.000
Custos de transação	(7.345)	(4.477)
Despesa de juros	289.366	218.603
Pagamento de juros	(281.678)	(186.025)
Pagamento de principal	(19.663)	(18.340)
Variação Cambial	1.463	(1.860)
Saldo no final do exercício	2.645.063	1.862.920

15 Contas a pagar de aquisição societária

A composição dos passivos relativos aos saldos de contas a pagar de combinação de negócios e investimentos em coligadas é como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
International School (a)	541.519	503.383
Positivo (b)	-	359.563
Me Salva	4.680	8.105
	546.199	871.051
Circulante	545.870	866.923
Não circulante	329	4.128

- (a) O valor a pagar está sujeito a um processo de arbitragem e será pago quando a arbitragem mencionada na Nota 28 for concluída. O valor a pagar é baseado no EBITDA realizado para os anos letivos de 2019 e 2020. Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Empresa reconheceu R\$ 49.261 de despesas de juros e R\$ 34.920 como ajuste a valor justo em despesas financeiras na demonstração do resultado, que é bruto do IRRF de R\$ 386 referente à distribuição de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas minoritários. Além disso, a Companhia pagou R\$ 45.660 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O acionista minoritário é uma parte relacionada da Empresa.
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 32.319 de juros acumulados em despesas financeiras na demonstração do resultado. Em novembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento final de R\$ 391.882, sendo R\$ 261.774 de principal e R\$ 130.108 de juros.

Caso o período entre a aquisição e o pagamento não seja significativo, a Companhia adota a prática de considerar qualquer pagamento como fluxo de caixa de investimento. Por outro lado, se o período for significativo, os pagamentos são classificados como fluxos de caixa de financiamento. A Companhia considera como significativo os pagamentos efetuados após 12 meses da data da aquisição.

Movimentação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo no início do exercício	871.051	1.390.833
Provisão de juros	82.150	145.324
Pagamento de juros	(130.606)	(167.749)
Pagamento de principal	(310.990)	(544.467)
Ajuste a valor justo	34.979	57.140
Baixa pela venda Edupass	-	(6.428)
Outros	(385)	(3.602)
Saldo no final do exercício	<u>546.199</u>	<u>871.051</u>

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bônus (a)	44.572	33.135
Salários e encargos sociais (b)	34.228	17.860
Provisão de férias e 13º salário	26.380	25.130
Outros	2.713	4.748
	<u>107.893</u>	<u>80.873</u>
Circulante	99.551	77.801
Não circulante	8.342	3.072

(a) Remuneração variável (bônus)

A Companhia pagou bônus relacionado à remuneração variável dos funcionários e da administração no valor de R\$ 54.314 e R\$ 22.748 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Esses gastos foram contabilizados como custo, despesas de vendas e despesas administrativas no resultado do exercício.

(b) Pagamento baseado em ações

Os colaboradores e membros executivos recebem remuneração sob a forma de transações de remuneração baseada em ações, através das quais os colaboradores e o conselho de administração prestam serviços em contrapartida de instrumentos de capital. O custo dessas transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é reconhecido na demonstração do resultado, juntamente com um crédito correspondente à reserva de remuneração baseada em ações no patrimônio líquido, durante o período em que as condições de desempenho e serviço são cumpridas.

A remuneração baseada em ações possui impostos sobre a folha de pagamento e obrigações sociais (custos sociais) associados a esse benefício. Os custos sociais relacionados com opções concedidas e unidades de ações restritas são provisionados ao longo do período de aquisição, com base no valor intrínseco do prêmio que foi concedido ao final de cada período de relatório. Este valor está reconhecido como despesas gerais e administrativas com crédito no passivo. O valor do passivo também reflete o impacto das desistências esperadas. A alíquota de custo social pela qual é feita a provisão segue o domicílio fiscal brasileiro.

A Companhia é obrigada a reter o imposto devido e liquidá-lo junto à autoridade fiscal em nome dos empregados. Para cumprir esta obrigação, os termos dos acordos de unidades de ações restritas da Companhia permitem que o Grupo retenha o número de ações que seja igual ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado do número total de ações que de outra forma teriam sido emitidas ao

funcionário, mediante aquisição da unidade de ações restritas. O valor monetário da obrigação fiscal do empregado é registrado como uma dedução às reservas patrimoniais pelas ações retidas, até o momento do pagamento para a empresa emissora das ações, quando é realizada a baixa desse montante.

Modificação de contratos

Quando os termos de uma concessão de transação liquidada com instrumentos patrimoniais são modificados, a despesa mínima reconhecida é a despesa como se os termos não tivessem sido modificados, se os termos originais da concessão forem cumpridos. Uma despesa adicional é reconhecida para modificações que aumentem o valor justo total da transação de remuneração baseada em ações ou que sejam de outra forma benéficas para o outorgado conforme mensurado na data da modificação.

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia alterou a moeda do preço de exercício por ação de dólares americanos para reais brasileiros. De acordo com os contratos modificados, todas as condições de aquisição de direitos e o número de prêmios foram mantidos. A empresa remensurou os prêmios na data da modificação e concluiu que não há valor incremental a ser reconhecido, de acordo com o CPC 10.

A despesa total de remuneração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo impostos e encargos sociais, foi de R\$ 76.851 (R\$ 60.850 em 2023).

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 2.478.301, dividido por 1.436.552.829 ações ordinárias pertencentes à Arco Educação S.A., acionista integral da Companhia.

(b) Reserva de capital

A reserva de capital inclui os valores adicionais de capital integralizado relativos à diferença entre o preço de subscrição que os acionistas pagaram pelas ações ordinárias e o seu valor nominal.

A reserva de capital pode ser utilizada para a compensação de perdas que excedam lucros acumulados e reservas de lucros e para aumentos de capital.

(c) Reserva legal

A reserva legal é registrada de acordo com a legislação societária brasileira e os estatutos da Companhia, com base em 5% do lucro do exercício, limitado a 20% do capital social, tendo sido utilizada para absorver prejuízo acumulado em anos anteriores.

(d) Dividendos

Não há dividendos a serem distribuídos no exercício de 2024 em decorrência do resultado do período ser um prejuízo.

18 Receita líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Venda de material didático	1.815.529	1.564.923
Deduções:		
Impostos	(1.559)	(634)
Receita líquida	<u>1.813.970</u>	<u>1.564.289</u>

Benefícios fiscais

A Companhia não está sujeita ao pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a venda de material didático. A venda de livros impressos e digitais também está isenta dos impostos municipais brasileiros e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

19 Custos e despesas por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo gráfico	(237.995)	(233.844)
Gastos com pessoal	(48.936)	(37.910)
Provisão para perda com estoques	(18.892)	(43.376)
Fretes	(32.385)	(27.667)
Depreciação e amortização	(149.480)	(116.709)
Outros	(64.870)	(38.996)
Custos das vendas	(552.558)	(498.502)
Gastos com pessoal	(254.602)	(192.197)
Depreciação e amortização	(8.362)	(106.581)
Vendas e marketing	(84.749)	(60.008)
Suporte ao cliente	(149.770)	(103.414)
Provisão para perdas esperadas com créditos	(39.251)	(9.896)
Aluguéis de imóveis	(897)	(633)
Outros	(21.570)	(54.309)
Despesas de vendas	(559.201)	(527.038)
Gastos com pessoal	(125.989)	(89.771)
Serviços de terceiros	(79.058)	(48.776)
Aluguéis de imóveis	(1.408)	(1.391)
Despesas com viagens	(3.096)	(497)
Despesas tributáveis	(8.344)	(5.537)
Licença de uso de software	(19.336)	(10.277)
Plano de remuneração baseado em ações	(76.851)	(60.850)
Depreciação e amortização	(43.353)	(39.025)
Outros	(16.088)	(25.637)
Despesas administrativas	(373.523)	(281.761)
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	(560)	(232)
Outros	7.613	11.688
Outras receitas (despesas), líquidas	7.053	11.456
Total	<u>(1.478.229)</u>	<u>(1.295.845)</u>

20 Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	90.528	57.344
Mudança do valor justo de investimentos (a)	1.160	589
Variação valor justo em contas a pagar de aquisição societária (b)	-	26
Variação cambial	717	4.582
Rendimentos de juros	38.310	29.427
Outras receitas financeiras	674	330
Receita financeira	<u>131.389</u>	<u>92.298</u>
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(27)	(5.541)
Variação de valor justo em contas a pagar de aquisição societária (b)	(34.979)	(57.166)
Variação de valor justo de investimentos (a)	(80)	(105)
Comissões e despesas bancárias	(4.286)	(7.651)
Juros sobre aquisição de investimento	(82.151)	(145.327)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(289.366)	(218.603)
Juros sobre o arrendamento	(5.388)	(6.400)
Outras despesas financeiras	(18.224)	(13.893)
Despesa financeira	<u>(434.501)</u>	<u>(454.686)</u>
Resultado financeiro	<u>(303.112)</u>	<u>(362.388)</u>

(a) Refere-se a ganhos em investimentos mensurados a valor justo por meio do resultado.

(b) Refere-se a variações no valor das contas a pagar de aquisição societária.

21 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.136)	(66.540)
Alíquota fiscal combinada - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	14.666	22.624
Ajuste para o cálculo de alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial (a)	10.093	9.317
Outras adições (exclusões) líquidas	5.638	(7.445)
	<u>30.397</u>	<u>24.496</u>
Corrente	(5.189)	-
Diferido	35.586	24.496
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>30.397</u>	<u>24.496</u>
Alíquota efetiva	70,5%	36,8%

(a) Refere-se ao efeito de 34% no resultado de equivalência patrimonial do exercício.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As alterações nos ativos e passivos diferidos do imposto são as seguintes:

	2022	Efeito no resultado do exercício	Reestruturação Societária	2023	Efeito no resultado do exercício	2024
Impostos diferidos ativos						
Prejuízo fiscal	135.679	106.002	5.981	247.662	90.854	338.516
Diferenças temporárias						
Instrumentos financeiros derivativos	206.093	(2.154)	-	203.939	22.841	226.780
Outras diferenças temporárias	70.596	(1.411)	3.309	72.494	(7.582)	64.912
Plano de remuneração em ações	7.916	8.458	-	16.374	11.665	28.039
Amortização de ativos intangíveis	27.673	3.333	-	31.006	(1.501)	29.505
Total impostos diferidos ativos	447.957	114.228	9.290	571.475	116.277	687.752
Impostos diferidos passivos						
Instrumentos financeiros derivativos	(10.331)	(366)	-	(10.697)	8.828	(1.869)
Benefício fiscal sobre ágio	(112.822)	(77.292)	-	(190.114)	(84.050)	(274.164)
Outras diferenças temporárias	(31.152)	(12.074)	(16)	(43.242)	(5.469)	(48.711)
Total impostos diferidos passivos	(154.305)	(89.732)	(16)	(244.053)	(80.691)	(324.744)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquido	293.652	24.496	9.274	327.422	35.586	363.008
Impostos diferidos ativos	293.652			327.422		363.008

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 338.516. Estes prejuízos se referem a histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A Companhia não possui créditos fiscais diferidos não constituídos.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia detém os seguintes instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31 dezembro, 2024			
Aplicações financeiras	-	117.635	117.635
Contas a receber de clientes	-	917.614	917.614
Partes relacionadas	-	415.305	415.305
Investimentos	11.876	-	11.876
	11.876	1.450.554	1.462.430

Ativos financeiros	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31 dezembro, 2023			
Aplicações financeiras	-	58.687	58.687
Contas a receber de clientes	-	864.752	864.752
Outras contas a receber	-	52.982	52.982
Partes relacionadas	-	278.468	278.468
Investimentos	11.724	-	11.724
	11.724	1.254.889	1.266.613

Passivos financeiros	Passivos a valor justo por meio do resultado	Passivos a Custo amortizado	Total
31 dezembro, 2024			
Fornecedores	-	192.688	192.688
Contas a pagar de aquisição societária	383.156	163.043	546.199
Arrendamento	-	71.538	71.538
Empréstimos e financiamentos	-	2.645.063	2.645.063
	383.156	3.072.332	3.455.488

Passivos financeiros	Passivos a valor justo por meio do resultado	Passivos a Custo amortizado	Total
31 dezembro, 2023			
Fornecedores	-	183.768	183.768
Instrumentos financeiros derivativos	8.007	-	8.007
Contas a pagar de aquisição societária	394.282	476.769	871.051
Arrendamento	-	42.422	42.422
Empréstimos e financiamentos	-	1.862.920	1.862.920
	402.289	2.565.879	2.968.168

A exposição da Companhia a certos riscos associados aos instrumentos financeiros é discutida na nota 23.

A exposição máxima ao risco de crédito no final do exercício é o montante de cada classe de ativos financeiros acima mencionados.

(a) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia possuía derivativo de swap com objetivo de proteger a sua exposição ao risco cambial nas operações em moeda estrangeira, especialmente para os contratos de empréstimo. Este derivativo é mensurado a valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo resultante é um ganho, e como instrumento financeiro passivo quando o resultado do valor justo é uma perda. Todos os ganhos e perdas resultantes deste derivativo são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, não existem derivativos designados como *hedge accounting*.

(b) Reconhecimento do valor justo

(i) Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo detalha os julgamentos e estimativas feitos na determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros que são reconhecidos e mensurados pelo valor justo através do resultado nas demonstrações financeiras. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos insumos utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros nos três níveis. Os ativos e passivos são medidos e reconhecidos pelo valor justo da seguinte forma:

	<u>Hierarquia</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos financeiros			
Investimentos	Nível 1	11.876	11.724
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	-	8.007
Contas a pagar de aquisição societária	Nível 3	383.156	394.282

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia avaliou os valores justos de seus instrumentos financeiros. Esta avaliação não indica valores justos significativamente diferentes dos montantes contabilizados. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base nas informações de mercado disponíveis e nas metodologias de avaliação adequadas.

A política da Companhia é reconhecer as transferências de e para os níveis de hierarquia de valor justo no final do período de relatório.

Não houve transferências entre níveis para mensuração recorrentes de valor justo durante os exercícios da demonstração financeira.

(ii) Técnicas de avaliação utilizadas para determinar os valores justos

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- a utilização de preços de mercado cotados para instrumentos semelhantes;
- o valor justo dos derivativos é calculado com a *Black & Scholes*; e
- o valor justo dos instrumentos financeiros restantes é determinado com base na análise do fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas de valor justo restantes são incluídas no nível 2, exceto para a contraprestação contingente e certos contratos derivativos, onde os valores justos foram determinados com base em valores atuais e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para contraparte ou próprio risco de crédito.

Se os insumos usados para mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo caem em diferentes níveis da hierarquia de valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada na íntegra no mesmo nível da hierarquia de valor justo como o insumo de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

(iii) Mensuração do valor justo usando inputs não observáveis significativos (nível 3)

A tabela a seguir apresenta as movimentações de itens do nível 3 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Contas a pagar de aquisição societária
Mensuração de valor justo recorrentes:	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(687.849)
Pagamentos efetuados	340.839
Variação nas contas a pagar de aquisição societária	(57.035)
Juros reconhecidos	(13.969)
Baixa por venda de investimento	5.483
Receitas (despesas) reconhecidas no resultado exercício	18.249
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(394.282)
Pagamentos efetuados	45.660
Variação nas contas a pagar de aquisição societária	(34.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(383.156)

(iv) Transferências entre nível 2 e nível 3

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não transferiu nenhum instrumento financeiro do nível 2 para nível 3.

(v) Processos de avaliação

O departamento financeiro da Companhia realiza e revisa as avaliações dos itens exigidos para fins de demonstrações financeiras, incluindo os valores justos do nível 3. Discussões sobre processos de avaliação e resultados estão de acordo com os períodos de elaboração das demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia contrata especialistas independentes para mensurar o valor justo de certos ativos financeiros.

Os principais insumos de nível 3 utilizados pela Companhia são derivados e avaliados da seguinte forma:

- As taxas de desconto para ativos financeiros e passivos financeiros são determinadas usando um modelo de preço de ativos de capital para calcular uma taxa de pré-imposto que reflita as avaliações atuais do mercado sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico para o ativo;
- Os ajustes de riscos específicos das contrapartes (incluindo pressupostos sobre as taxas de inadimplência de crédito) são derivados de dados de mercado observáveis de classificação de risco de crédito;
- Os fatores de crescimento dos ganhos para títulos de capital não cotados são calculados com base em informações de mercado para tipos semelhantes de empresas;
- Contraprestação contingente – os fluxos de caixa esperados são estimados com base nos termos das aquisições de investimentos e o conhecimento da entidade sobre o negócio, bem como o ambiente econômico atual.

23 Riscos

(a) Gestão de riscos financeiros

A Companhia monitora os riscos de mercado, crédito e operacional em consonância com os objetivos da gestão de capital e conta com o apoio, acompanhamento e supervisão do Conselho de administração em decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A Companhia monitora a efetividade da gestão de risco.

As análises de sensibilidade nas seções a seguir estão relacionadas à posição em 31 de dezembro de 2024.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia na gestão do capital são:

- Maximizar o valor dos acionistas;
- Garantir a continuidade operacional, para que a Companhia continue a fornecer retornos para os acionistas e benefícios para outras partes interessadas; e
- Manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo do capital.

A fim de manter ou alterar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos acionistas, devolver o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

Não foram feitas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(i) Risco de câmbio

A Companhia não atua fora do Brasil e não possui exposição ao risco cambial em transações comerciais, ou seja, receitas ou despesas.

(ii) Risco de liquidez

A gestão da Companhia tem a responsabilidade de mitigar o risco de liquidez. A fim de atingir seus objetivos, a administração revisa regularmente o risco e mantém as reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com as instituições financeiras de primeira linha. A gestão monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de maturidade dos ativos e passivos financeiros.

Os principais requisitos para os recursos financeiros utilizados pela Companhia surgem da necessidade de efetuar pagamentos para impressão de material didático, despesas de frete, despesas operacionais, obrigações trabalhistas e sociais e outros desembolsos operacionais.

A tabela abaixo resume o perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base nos valores não descontados contratados:

	A vencer				Total
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	A vencer após 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	192.688	-	-	-	192.688
Arrendamento	8.745	28.782	34.011	-	71.538
Empréstimos e financiamentos	96.615	408.866	2.139.582	-	2.645.063
Contas a pagar de aquisição societárias	4.350	541.520	329	-	546.199
	302.398	979.169	2.173.921	-	3.455.488

	A vencer				Total
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	A vencer após 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	183.768	-	-	-	183.768
Arrendamento	-	23.255	19.167	-	42.422
Empréstimos e financiamentos	-	121.187	1.741.733	-	1.862.920
Instrumentos financeiros	-	8.007	-	-	8.007
Contas a pagar de aquisição societárias	-	866.923	4.128	-	871.051
	183.768	1.019.372	1.765.028	-	2.968.168

(iii) Risco de contraparte financeira

Esse risco surge da possibilidade de que a Companhia pode incorrer em perdas devido ao padrão de suas contrapartes. Para atenuar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes.

Os limites de crédito da contraparte, que levam em conta as classificações de crédito publicadas e outros fatores, são estabelecidos para cobrir a exposição total da Companhia a uma única instituição financeira. As exposições e os limites aplicáveis a cada instituição financeira são aprovados pela tesouraria dentro das diretrizes aprovadas pelo Conselho e são revisados regularmente.

(iv) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juro é o risco do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido às variações das taxas de juro do mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros do mercado refere-se principalmente aos investimentos da Companhia com taxas de juros flutuantes. A companhia é exposta principalmente às flutuações nas taxas do CDI em aplicações financeiras, partes relacionadas, contas a pagar de aquisição societária e empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade

A Companhia tem uma parcela significativa de suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI. De acordo com as taxas de referência obtidas no website da Bolsa de Valores Brasileira - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e projetada para 12 meses, em 31 de dezembro de 2024 a taxa do CDI era de 14,52%.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Companhia estimava dois cenários das taxas do CDI em + 10% e -10%, os quais foram utilizados como base para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela administração e o efeito no resultado antes do imposto de renda:

	<u>Exposure</u>	<u>+10%</u>	<u>-10%</u>
Caixa e equivalentes de caixa	749.416	10.882	(10.882)
Aplicações financeiras	117.635	1.708	(1.708)
Contas a pagar de aquisição societária	526.585	7.646	(7.646)
Partes relacionadas	410.302	5.958	(5.958)
Empréstimos e financiamentos	2.645.063	38.406	(38.046)

A Companhia realiza a avaliação do seu valor justo no final de cada exercício, a fim de contabilizar quaisquer alterações a ela, conforme divulgado na nota 23. Estes derivativos, que não são comercializados publicamente, têm condições específicas que não nos permitem apresentar uma análise de sensibilidade em relação às taxas de juros específicas ou índices de mercado.

Mudanças em passivos adquiridos em atividades de financiamento

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Outros</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>	<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Outros</u>	<u>31 de dezembro de 2024</u>
Passivos de arrendamento	73.914	(37.215)	5.723	42.422	(41.654)	70.770	71.538
Empréstimos e financiamentos	1.305.019	341.158	216.743	1.862.920	491.314	290.829	2.645.063
Total	1.378.933	303.943	222.466	1.905.342	449.660	361.599	2.716.601

24 Contingências

Processos judiciais

A Companhia é parte em processos trabalhistas e tributários em andamento, que surgem durante o curso normal dos negócios. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

	<u>Cível</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Tributário</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	339	1.507	1	1.847
Adições	385	1.579	26	1.990
Reestruturação societária	-	129	944	1.073
Reversões	(545)	(1.719)	-	(2.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	179	1.496	971	2.646
Adições	310	4.310	1.390	6.010
Reversões	(193)	(1.871)	(1.057)	(3.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	296	3.935	1.304	5.535

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em ações classificadas como perda possível, totalizando R\$ 6.188 (2023: R\$ 3.735), conforme demonstrado abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Civil (a)	3.381	1.905
Trabalhista (b)	1.853	1.830
Tributário	954	-
Total	6.188	3.735

- (a) Os processos cíveis referem-se, principalmente, às reivindicações de clientes, incluindo os relacionados à quebra de contratos, entre outros.
- (b) Os processos trabalhistas foram apresentados por ex-funcionários ou funcionários de prestadores de serviços terceirizados que buscam responsabilidade conjunta para os atos dos fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

25 Transações não caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades não caixa que não são refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adição e modificação de contrato de arrendamento (nota 12)	65.693	1.260
Efeito reflexo em investidas – plano de remuneração baseado em ações	6.244	3.298
Dividendos declarados a receber	35.909	53.103
